



## A Palavra do Diretor - A Infallibilidade - #10

Caros amigos e benfeitores,

Vamos continuar nosso estudo sobre a Santa Igreja e passar agora ao segundo de seus atributos: **a infalibilidade**.

### Do segundo atributo da Igreja: a infalibilidade

#### 1) Definição

Começemos, como sempre, por ver o que nos ensina o Catecismo.

#### O que se entende por infalibilidade da Igreja?

“Por infalibilidade da Igreja, entende-se o privilégio que Jesus Cristo concedeu à sua Igreja de não se enganar quando ensina uma verdade de fé ou de moral.”

#### 2) Divisão do Magistério

É importante notar que o catecismo ensina que é **a Igreja** — e não o papa isoladamente — o sujeito da infalibilidade. O papa, assim como os bispos que compõem a Igreja docente, só é infalível na medida em que representa essa Igreja.

Seria, portanto, um erro afirmar que a pessoa do papa, considerada individualmente, é o sujeito da infalibilidade. Basta um exemplo simples: quando o papa escreve uma carta privada — por exemplo, a um familiar — ele não está exercendo o Magistério e, portanto, não compromete o carisma da infalibilidade.

O Magistério da Igreja se exerce de quatro modos:

- **Magistério pontifical solene** (ex cathedra)
- **Magistério pontifício ordinário**
- **Magistério universal solene**
- **Magistério universal ordinário**

#### 3) Condições da infalibilidade

A Igreja ensina sempre de modo infalível? Não.

O fato de o Concílio Vaticano I ter definido condições precisas para identificar quando há infalibilidade mostra que há situações em que ela não está presente.

O Concílio definiu explicitamente apenas o **magistério pontifício solene (ex cathedra)**, pois foi interrompido pela invasão de Roma durante a revolução italiana. As outras formas foram objeto de discussão teológica posterior.

Segundo a opinião teológica comum:

- São infalíveis:
  - Magistério pontifical solene

- Magistério universal solene
- Magistério universal ordinário
- Não é infalível:
  - Magistério pontifício ordinário

#### **4) O Magistério pontifício solene (ex cathedra)**

Trata-se do momento em que o papa define solenemente uma verdade de fé que deve ser crida por toda a Igreja.

**Exemplo:** a proclamação da Imaculada Conceição por Pio IX.

As condições para que um ensinamento seja considerado ex cathedra foram definidas na constituição *Pastor Aeternus*. Em síntese, elas correspondem às quatro causas clássicas da filosofia:

##### **a) Causa eficiente**

O papa deve falar como pastor universal da Igreja, exercendo sua autoridade apostólica suprema.

Não se aplica quando:

- fala a um grupo restrito
- escreve documentos particulares
- profere homilias comuns

##### **b) Causa material**

O conteúdo deve tratar de:

- fé
- moral
- ou elementos ligados à Revelação

##### **c) Causa final**

A definição deve visar a salvação das almas e obrigar toda a Igreja.

##### **d) Causa formal**

Deve haver intenção explícita de definir uma doutrina de modo definitivo e irreformável.

Se qualquer uma dessas condições faltar, não há infalibilidade.

#### **5) O Magistério pontifício ordinário**

Esse tipo de magistério não define dogmas, mas transmite a doutrina.

Exemplos:

- homilias
- encíclicas comuns
- cartas apostólicas
- discursos

Ele **não é infalível**, mas exige dos fiéis uma **submissão religiosa da inteligência e da vontade**.

## 6) O Magistério universal solene

Refere-se aos concílios ecumênicos, quando definem solenemente questões de fé ou moral.

Nem todos os documentos conciliares são infalíveis — apenas:

- definições dogmáticas
- condenações formais de erros

## 7) O Magistério universal ordinário

Foi definido pelo cardeal Ottaviani como o ensinamento conjunto dos bispos, em comunhão com o papa, quando concordam na mesma doutrina.

Trata-se da unanimidade moral do episcopado ensinando uma mesma verdade de fé.

Também se aplica quando:

- os papas repetem consistentemente um ensinamento
- não há oposição significativa entre os bispos

Nesse caso, a aceitação universal não é a causa da infalibilidade, mas um  **sinal**  dela, cuja origem está na assistência divina à Igreja.

Os sedevacantistas recorrem frequentemente a esse princípio para sustentar suas posições. A análise dessa questão será feita posteriormente.

† P. Brocard

- 29.04.2026